

**GOVERNADOR:
A GREVE NA UERJ ACABOU, AGORA CUMPRA O ACORDO
OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS QUEREM
REFORMULAÇÃO DA CARREIRA JÁ!
2014 VEM AÍ!**



Técnicos paralisam parcialmente suas atividades nesta terça-feira (11/06)

Nesta terça-feira (11/06), os técnico-administrativos da Uerj têm um importante compromisso na luta pela reformulação de seu Plano de Carreira. A categoria paralisará parcialmente suas atividades a partir das 10h. Neste horário, haverá um ato público na entrada do campus Maracanã da Uerj pela Rua São Francisco Xavier. Aprovada na Assembleia do dia 23/05, a interrupção visa mobilizar os trabalhadores a participarem do ato público.

O movimento faz parte do conjunto de ações que o Sintuperj e os técnicos estão adotando para cobrar da reitoria a continuidade do processo de reformulação da carreira técnico-administrativa, como o abaixo assinado implantado no dia 14/05 a ser entregue ao próprio reitor e a campanha para que os técnicos trabalhem toda segunda-feira com a camisa da Reformulação, produzida e distribuída em 2012 pelo Sintuperj.

No Conselho Universitário do dia 17/05, após intensa cobrança dos conselheiros da

bancada técnico-administrativa ligados ao Sintuperj, o Reitor afirmou que se reuniria com os representantes dos técnico-administrativos “o mais rápido possível, num prazo máximo de sete dias”. Desde então, nenhum encontro com o sindicato ou com os conselheiros técnico-administrativos foi agendado. Na verdade o que se viu foi, uma vez mais, a falta de compromisso da Reitoria com os trabalhadores, não obstante ofício nº 99/Sintuperj/2013 de 29/05/2013, cobrando resposta após o prazo ter se esgotado.

Nunca é demais lembrar que durante a greve do ano passado, o Reitor garantiu que após o encerramento da greve daria prosseguimento aos trâmites para a Reformulação do PCC. Além disso, elaboraria um calendário de reuniões periódicas com o Sintuperj para trazer informações sobre os encaminhamentos relativos à reformulação. Resultado? Nenhum cronograma foi apresentado e há mais de oito meses o sindicato não consegue agendar reunião com o Reitor.

Além disso, a proposta que resultou no término da greve em setembro de 2012, discutida e aprovada pelos técnicos em Assembleia, tem a anuência da própria Reitoria. Mesmo assim o Reitor não se manifesta sobre a reformulação da carreira. Ou seja, mais do que falta de compromisso com a palavra empenhada, há um total desdém para com os técnico-administrativos tendo em vista não haver nem ao menos uma satisfação à categoria.

Diante deste cenário, cabe aos técnico-administrativos manifestar publicamente – dentro e fora da Uerj – sua insatisfação pela postura da Reitoria, que fica na expectativa e torcida pela desmobilização dos trabalhadores. Não existe outra forma de pressionar o Reitor a dar o mesmo tratamento a todas as segmentos da Uerj se não participando dos atos, assembleias, e toda a sorte de mobilizações deliberadas pela categoria. Participe você também!

A Reformulação do Plano de Carreira também depende de sua mobilização! Só quem luta conquista!

Cecierj tem plano de carreira aprovado na Alerj

A aprovação pela Alerj do Projeto de Lei 2.202/2013 na terça-feira (04/06), que institui o plano de carreira da Cecierj é fruto da luta incansável dos trabalhadores da instituição que, desde o início de suas atividades em janeiro de 2000, nunca contou com

um plano de carreira.

Participações em massa nas Audiências Públicas da Comissão de Educação da Alerj, paralisações e toda sorte de mobilizações da categoria pavimentaram a conquista do plano de carreira. É um exemplo de que a luta dos trabalhadores por melhores con-

dições de trabalho nunca será em vão.

O Sintuperj, que deu total apoio a luta destes trabalhadores, parabeniza-os pela grande conquista e se mantém a disposição para estreitar ainda mais os laços com a categoria e, desta forma, partir para novas lutas e muitas outras conquistas.

Sintuperj participa de Audiência Pública sobre Convenção 151 da OIT na Alerj

Audiência pública realizada na Alerj, convocada pela Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social nesta quinta-feira (06/06), reuniu trabalhadores, lideranças sindicais e representantes do Ministério Público do Trabalho/RJ e da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ). Iniciativa dos deputados Paulo Ramos (PDT) e Janira Rocha (Psol), a audiência discutiu a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e sua aplicabilidade, bem como as práticas antissindicais no âmbito do serviço público, praticadas pelos governos no Brasil.

A tônica dos debates girava em torno da Convenção 151 da OIT, que estabelece a liberdade de organização sindical entre os trabalhadores da Administração Pública. Apesar do Brasil ser signatário do acordo desde 1998, compromisso este assumido por Fernando Henrique Cardoso e ratificado por Luiz Inácio Lula da Silva, há diversos exemplos de restrições à atuação sindical e até mesmo à sindicalização de trabalhadores no momento de seus ingressos no serviço público.

Geisa Corrêa, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) afirmou que “algumas diretoras das redes estadual e municipal proibi-



Coordenadores Jorge Luís Mattos (gaúcho) e Antônio Virgínio durante Audiência Pública

bem o uso de camisas” com críticas às políticas dos governos. Um ataque ao direito de expressão. Destacou também o lançamento do código 30 (falta sem motivo) para os trabalhadores que realizaram uma paralisação de advertência de 3 dias em abril, ao invés do código 61 (greve e paralisações).

Outro caso no âmbito do ensino fluminense foi o de um professor da Escola Leopoldina da Silveira, em Bangu, no ano passado. O docente relatou que foi suspenso por 30 dias por “impedir a entrada” de 750 dos cerca de

800 alunos do turno da manhã e ter sido rotulado de revolucionário com prática terrorista.

A privatização no serviço público foi outro ponto destacado como resultante das investidas do poder público contra a organização sindical. O grande número de contratações sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como a flexibilização desta, resultam na desmobilização das diversas categorias, sobretudo nas greves por melhores condições de trabalho, já que estes trabalhadores não desfrutaram de estabilidade.

Interdito proibitório

Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Aderson Bussinger, afirmou que “o direito de sindicalização não é menor do que qualquer outro direito garantido na Constituição”. Ele criticou as restritas garantias dos dirigentes sindicais, ressaltando que alguns são perseguidos ou demitidos de suas funções. “Como fazer greve nesse País com interdito proibitório?”, questionou. Considerou ainda um contrassenso o País assegurar o direito de organização sindical, mas não o de negociação de sindicatos dos servidores com o poder público. “O servidor público fica longos períodos sem realizar negociações”, criticou.

Coordenador geral do Sintuperj, Jorge Luís Mattos (Gaúcho) denunciou sua experiência. “Sou réu em duas ações [da greve de 2012]. Uma de interdito proibi-

tório e outra de dissídio de greve. Eu mais o professor Bruno Deusdará [diretor da Asduerj presente à Audiência] e mais dois companheiros [o ex-diretor do Sintuperj, Alberto Dias, e o presidente da Asduerj, Guilherme Motta]”. Gaúcho afirmou que as ações movidas pelo Reitor são artifícios para acabar com o direito de greve. “Não se surpreendam se outras reitorias fizerem a mesma coisa”, anunciou. O dirigente também pediu para que o Ministério Público se atentasse aos contratos de trabalho na Uerj, onde os contratados recebem um terço da remuneração inicial da carreira.

Por sua vez, o coordenador geral, Antônio Virgínio, afirmou que encaminhará à Comissão de Direitos Humanos da OAB e a própria Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social, através da sua Presidência, as denúncias de irregularidades que o Sintuperj dispõe para que cheguem à sede

da OIT, no sentido de que esta importante Organização Internacional do Trabalho, cobre do governo brasileiro o que preconiza a Convenção 151, já aprovada no Congresso Nacional, restando apenas que o Brasil faça o depósito do documento do qual é signatário na sede da entidade em Genebra. Ele parabenizou a brilhante iniciativa da realização da Audiência Pública convocada pela Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social, concordando com a proposta de encaminhamento da deputada Janira Rocha (Psol), de realizar um seminário para discutir mais aprofundadamente a liberdade sindical no País. Ao final da sua fala, Virgínio saudou todas as autoridades, Federações (Fasubra e Fenasps), Centrais (Força Sindical, CSP-Conlutas e CTB) e demais sindicatos presentes.